

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente Artur Costa Santos, inscrito no CPF/MF sob n.º 686.215.668-34 e portador da cédula de identidade n.º W6191332 e a empresa

MASPEL COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, sediada na Rua Washington Aparecido dos Santos Luz, n.º 366, Jardim Nova Terra (Nova Veneza), na cidade de Sumaré, estado de São Paulo, CEP 13.179-062, telefone (19) 99872-3045, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.419.122/0001-06 e Inscrição Estadual sob n.º 671.589.350.119, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Matheus Rabelo Coura, brasileiro, solteiro, proprietário, , residente e domiciliado na Avenida Manoel Messias, n.º 1.131, Sobrado Jardim Minesota, na cidade de Sumaré, estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob n.º 477.319.788-93 e portador da cédula de identidade n.º 52.655.896-9,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 14.133/2021, as Instruções Normativas e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, nas condições estabelecidas nesse documento e seus Anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação coincide com o de execução total do objeto, acrescido do prazo de recebimento provisório e definitivo, a contar do recebimento do objeto, ressalvada a garantia, cujas obrigações dela decorrentes deverão ser cumpridas durante o prazo ofertado em proposta.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – FORNECIMENTO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de entrega dos bens é 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado/Sede do SEMAE, situado à Rua Dr. Otávio Teixeira Mendes n.º 2215, Bairro Alto, em Piracicaba/SP, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

Garantia e manutenção

3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.6. A garantia será prestada com vistas a manter o objeto da contratação fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pelo SEMAE, sendo

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

que as novas unidades empregadas na substituição das defeituosas ou danificadas deverão ter prazo de garantia igual ou superior ao das substituídas.

3.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.10. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias, contados a partir da data da informação da irregularidade, sem prejuízo da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação.

3.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

3.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

3.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.15. Os modelos de gestão e fiscalização do contrato estão definidos nos artigos 8º, 18º e 19º da Instrução Normativa nº 05/2023 e Termo de Referência, bem como, a execução do objeto, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 44.272,25 (quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

5.2. O valor unitário e total dos itens estão relacionados abaixo:

LOTE 03 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
1	25	pç	ALAVANCA EM AÇO CARBONO SAE 1045, CILÍNDRICA, LISA, COM TRATAMENTO TÉRMICO NAS EXTREMIDADES PONTA E CUNHA (TEMPERADAS), DIMENSÕES: 1.1/8" (REDONDO) COMPRIMENTO DE 1.80 M. O MATEIRAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O ARTIGO 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 261,50	R\$ 6.537,50	RIO CLARO
2	20	pç	PONTEIRO DE 12" (300 MM), EM AÇO ESPECIAL, CONFORME NORMA DIN 7255, CONFECCIONADO COM BARRA SEXTAVADA OU OCTOGONAL, MEDINDO 300 MM X 18 MM E COM EMPUNHADURA PARA PROTEGER A MÃO.	R\$ 48,42	R\$ 968,40	STARFER
3	20	pç	TALHADEIRA HEXAGONAL OU OCTOGONAL, EM AÇO CROMO VANÁDIO, PARA FERRAMENTAS DE GOLPE, CONFORME DIN 7255, DE 300 MM A 350 MM DE COMPRIMENTO X 18 MM (+/- 2 MM) DE ESPESSURA X 26 MM (+/- 2 MM) DE COMPRIMENTO DO CORTE, COM PROTEÇÃO PARA MÃO (EMPUNHADURA).	R\$ 76,69	R\$ 1.533,80	GEDORE
Total do LOTE 03 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 9.039,70

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

LOTE 04 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
31	150	pç	ALICATE DE AÇO FORJADO (TIPO BLITZ), PARA TUBOS, REGULAGEM POR PARAFUSO, COM MORDENTES FORJADOS EM AÇO E TEMPERADOS. COMPRIMENTO DE 9", COM PINTURA COM PINTURA ANTICORROSIVA. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 59,20	R\$ 8.880,00	TRAMONTINA
Total do LOTE 04 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 8.880,00

LOTE 05 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
4	2	pç	ALICATE DE PRESSÃO DE 250 MM (10") EM AÇO CROMO - VANÁDIO E ACABAMENTO NIQUELADO. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COMO ARTIGO 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 46,98	R\$ 93,96	TRAMONTINA
5	7	pç	ALICATE DE 170 MM DE COMPRIMENTO EM AÇO CROMO - VANÁDIO, FABRICADO CONFORME DIN 5254, FOSFATIZADO, CABO REVESTIDO COM PLÁSTICO, COM PONTAS FIXAS E CURVAS 90°, PARA ANÉIS DE SEGURANÇA EXTERNO, CONFORME A NORMA DIN 472 E DIN 984. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 65,68	R\$ 459,76	GEDORE
6	10	pç	ALICATE COM 180 MM DE COMPRIMENTO, DE AÇO CROMO-VANÁDIO, FABRICADO CONFORME DIN 5254, FOSFATIZADO, CABO REVESTIDO COM PLÁSTICO, COM PONTAS FIXAS E RETAS PARA ANÉIS DE SEGURANÇA EXTERNO CONFORME A NORMA DIN 471 E DIN 983. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 54,11	R\$ 541,10	GEDORE

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

7	10	pç	ALICATE DE 185 MM DE COMPRIMENTO, DE AÇO CROMO-VANÁDIO, FABRICADO CONFORME DIN 5256, FOSFATIZADO, COM CABO REVESTIDO COM PLÁSTICO, COM PONTAS FIXAS E RETAS PARA ANÉIS DE SEGURANÇA INTERNO CONFORME A NORMA DIN 472 E DIN 984. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME, OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 54,52	R\$ 545,20	GEDORE
8	15	pç	ALICATE BOMBA D'ÁGUA DE 250 MM (10" OU 12"), EM AÇO CR-V, CONFORME DIN 17350, COM ISOLAMENTO PARA 1000 V, CONFORME NBR 9699, RANHURAS PARA 4 OU 6 POSIÇÕES E BATENTES DE SEGURANÇA. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 125,16	R\$ 1.877,40	VONDER
9	10	pç	ALICATE TIPO TELEFONE BICO RETO DE 6" (152,40 MM), CONFORME ABNT NBR ISO 5745, EM AÇO CR-V, CONFORME DIN 17350, EMPUNHADURA COM POLÍMERO E ISOLAMENTO PARA 1000 V CONFORME NBR 9699. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	R\$ 86,07	R\$ 860,70	GEDORE
10	65	pç	ALICATE UNIVERSAL DE 200 MM (8") EM AÇO CROMO-VANÁDIO, COM ISOLAMENTO PARA 1000 VOLTS CONFORME NBR 9699 - NR10 - DIN ISO 5749, ACABAMENTO FOSFATIZADO COM A CABEÇA E AS ARTICULAÇÕES LIXADAS. CAPACIDADE DE ISOLAMENTO GRAVADO NO CABO. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 50,90	R\$ 3.308,50	TRAMONTINA
56	10	pç	ALICATE TORQUÊS TIPO ARMADOR DE 12" EM AÇO FORJADO, MANDÍBULAS TEMPERADAS, ACABAMENTO PINTADO. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 48,76	R\$ 487,60	SÃO ROMÃO
Total do LOTE 05 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 8.174,22

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

LOTE 07 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
58	2	pç	FERRAMENTA SOLDADA ISO 7 - 16H DP35, SANGRAR.	R\$ 27,72	R\$ 55,44	FERMEC
59	6	pç	FERRAMENTA SOLDADA ISO 9 - 16Q DP35, FURO ESQUERDO.	R\$ 23,67	R\$ 142,02	FERMEC
60	4	pç	FERRAMENTA SOLDADA SMS 122 - 20Q DP35, ROSCA CENTRO.	R\$ 24,82	R\$ 99,28	FERMEC
63	65	pç	INSERTO TRIANGULAR COM FURO E QUEBRA CAVACO BILATERAL TIPO TNMG 160408 - P35.	R\$ 31,68	R\$ 2.059,20	ROCAST
68	6	jg	JOGO DE MACHO COM 02 PEÇAS BSPT - HSS DE 3/4".	R\$ 702,32	R\$ 4.213,92	ROCAST
79	2	pç	SUPORTE PARA BEDAME DE 5/8".	R\$ 51,48	R\$ 102,96	ROCAST
Total do LOTE 07 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 6.672,82

LOTE 09 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
64	15	pç	LIMA CHATA, BASTARDA DE 10", CORTE DUPLO E COM CABO. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE EM RELEVO, COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO. (CÓD. 5361)	R\$ 30,48	R\$ 457,20	LS
65	100	pç	LIMA CHATA DE 12", BASTARDA, EM AÇO CARBONO TEMPERADO, CORTE DUPLO E CABO PLÁSTICO INJETADO. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE DO NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	R\$ 33,39	R\$ 3.339,00	LS
66	7	pç	LIMA CHATA DE 6", MURÇA, EM AÇO CARBONO TEMPERADO, CORTE DUPLO E CABO PLÁSTICO INJETADO. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE DO NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	R\$ 17,23	R\$ 120,61	LS
67	4	pç	LIMA REDONDA, BASTARDA DE 6", CORTE DUPLO E COM CABO. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE EM RELEVO, COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 15,50	R\$ 62,00	LS
Total do LOTE 09 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 3.978,81

LOTE 10 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
69	2	pç	MARRETA DE 1 KG, FORJADA EM AÇO, CONFORME NBR 15872/2013; CABEÇA COM ACABAMENTO ESCURECIDO, BATENTES LIXADOS E FIXADA COM CUNHA METÁLICA AO CABO; CABO DE MADEIRA USINADA, LIXADA E POLIDA,	R\$ 36,09	R\$ 72,18	RIO CLARO

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

			AUSENTE DE DEFEITOS COMO TRINCAS, POROSIDADES OU REBARBA E PINTADA COM VERNIZ INCOLOR. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE.			
70	10	pç	MARRETA DE 2 KG, FORJADA EM AÇO, CONFORME NBR 15872/2013; CABEÇA COM ACABAMENTO ESCURECIDO, BATENTES LIXADOS E FIXADA COM CUNHA METÁLICA AO CABO; CABO DE MADEIRA USINADA, LIXADA E POLIDA, AUSENTE DE DEFEITOS COMO TRINCAS, POROSIDADES OU REBARBA E PINTADA COM VERNIZ INCOLOR. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	R\$ 60,52	R\$ 605,20	RIO CLARO
71	2	pç	MARRETA DE 3 KG CONFORME NBR 10771 COM CABO EM MADEIRA CONFORME NBR 10772 COM MARCA OU NOME DO FABRICANTE PIROGRAFADO. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE EM RELEVO NO CORPO DO MATERIAL, COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 128,62	R\$ 257,24	RIO CLARO
72	10	pç	MARRETA DE 6 KG CONFORME NBR 10771, FORJADO E TEMPERADO EM AÇO SAE 1045, AUSENTE DE DEFEITOS COMO TRINCAS, POROSIDADES OU REBARBAS, SUPERFÍCIE POLIDA E PINTURA ANTICORROSIVA. ENCABADA COM CABO DE MADEIRA CONFORME NBR 10772, AUSENTE DE CASCAS, RACHADURAS, PONTAS AFETADAS POR INSETOS, DEVENDO SER ALISADO (LIXADO) E ENVERNIZADO. O ENCABAMENTO DEVERÁ SER FEITO ATRAVÉS DE CUNHA METÁLICA OU RESINA. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 173,28	R\$ 1.732,80	RIO CLARO
73	8	pç	MARTELO TIPO UNHA, FORJADO EM AÇO CARBONO SAE 1045 OU AÇO LIGA CONFORME NBR 6006, TEMPERADO E REVENIDO, COM PINTURA DE ACABAMENTO E PROTEÇÃO ANTICORROSIVAS, CONFORME NBR 10760 E NBR 10766, CABO DE MADEIRA ALISADO (LIXADO), ENVERNIZADA CONFORME NBR 10762 E NBR 10768. ENCABAMENTO COM CUNHA METÁLICA OU RESINA; PARA SER UTILIZADO EM SERVIÇOS DE CARPINTARIA. DIÂMETRO DE FACE 29 MM, PESO 570 A 650 G. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE.	R\$ 44,05	R\$ 352,40	EDA
74	2	pç	MARTELO TIPO BOLA DE 500 G, CABEÇA EM AÇO COM EXTREMIDADES LIXADAS, E CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA E	R\$ 62,05	R\$ 124,10	BRASFORT

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

			ENCABAMENTO COM CUNHA METÁLICA.			
Total do LOTE 10 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 3.143,92

LOTE 13 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
11	20	pç	BROCA PARALELA DE 2 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 4,49	R\$ 89,80	DISFLEX
12	10	pç	BROCA PARALELA DE 2,5 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 4,48	R\$ 44,80	DISFLEX
13	20	pç	BROCA PARALELA DE 3,0 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 4,29	R\$ 85,80	DISFLEX
14	65	pç	BROCA PARALELA DE 3,5 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 5,09	R\$ 330,85	DISFLEX
15	30	pç	BROCA PARALELA DE 4,0 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 5,59	R\$ 167,70	DISFLEX

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

16	10	pç	BROCA PARALELA DE 4,5 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 6,19	R\$ 61,90	DISFLEX
17	30	pç	BROCA PARALELA DE 5,0 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 7,89	R\$ 236,70	DISFLEX
18	25	pç	BROCA PARALELA DE 5,5 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 7,29	R\$ 182,25	DISFLEX
19	15	pç	BROCA PARALELA DE 8 MM, EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 13,49	R\$ 202,35	DISFLEX
20	30	pç	BROCA PARALELA DE 3/16", EM AÇO RÁPIDO, COM TITÂNIO, HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 7438 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA.	R\$ 8,48	R\$ 254,40	DISFLEX
21	15	pç	BROCA PARALELA DE 3/8", EM AÇO RÁPIDO, COM HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A DIN 338 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 18,19	R\$ 272,85	DISFLEX

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

22	12	pç	BROCA PARALELA DE 5/16", EM AÇO RÁPIDO, COM HASTE CILÍNDRICA, PARA USO EM AÇO, FERRO FUNDIDO, COBRE ELETROLÍTICO, BRONZE, LATÃO, ETC. O MATERIAL DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A DIN 338 E APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$ 12,30	R\$ 147,60	DISFLEX
23	20	pç	BROCA DE VÍDEA DE 8 MM, COM PONTA DE METAL DURO, PARA USO EM CONCRETO. O MATERIAL DEVE APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADA SATISFATÓRIA. CONFORME DIN 8039.	R\$ 8,65	R\$ 173,00	DISFLEX
Total do LOTE 13 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 2.250,00

LOTE 15 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
24	30	pç	CABO RETO PARA ENXADA, DE MADEIRA, LIXADO, POLIDO, ISENTO DE NÓS, CASCAS, FENDAS, ENVERNIZADO OU ENCERADO E MARCAÇÃO PERMANENTE DO NOME OU MACA DO FABRICANTE COM 1,2 M. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O ARTIGO 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	R\$ 17,59	R\$ 527,70	VOLMAFI
25	40	pç	CABO RETO PARA PICARETA E CHIBANCA, DE MADEIRA, LIXADO, POLIDO, ISENTO DE NÓS, CASCAS, FENDAS, ENVERNIZADO OU ENCERADO E MARCAÇÃO PERMANENTE DO NOME OU MACA DO FABRICANTE. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O ARTIGO 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	R\$ 20,03	R\$ 801,20	VOLMAFI
26	3	pç	CABO RETO PARA MARRETA DE 6,0 KG, DE MADEIRA, LIXADO, POLIDO, ISENTO DE NÓS, CASCAS, FENDAS, ENVERNIZADO OU ENCERADO E MARCAÇÃO PERMANENTE DO NOME OU MACA DO FABRICANTE. O MATERIAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O ARTIGO 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.	R\$ 17,60	R\$ 52,80	VOLMAFI
Total do LOTE 15 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 1.381,70

LOTE 16 - EXCLUSIVO ME/EPP						
ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	\$ UNIT.	\$ TOTAL	MARCA
80	6	pç	TARRACHA DE FERRO, DE 1.1/2", COM CABO ROSCADO, PARA TUBO DE PVC.	R\$ 64,99	R\$ 389,94	TORMEP

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

81	3	pç	TESOURA DE 250 MM (10") TIPO FUNILEIRO EM AÇO ESPECIAL FORJADO, CABEÇA LIXADA E CABO PLÁSTIFICADO, COM CAPACIDADE DE CORTE DE CHAPAS ATÉ 1,2 MM DE ESPESSURA. O MATERIAL DEVERÁ APRESENTAR MARCAÇÃO PERMANENTE EM BAIXO RELEVO COM NOME OU MARCA DO FABRICANTE. MARCAÇÃO COM MATERIAL REMOVÍVEL NÃO SERÁ CONSIDERADO SATISFATÓRIO.	R\$120,38	R\$ 361,14	EDA
Total do LOTE 16 - EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ 751,08

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, por um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.7.1. A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. O faturamento deverá ser feito através de NOTA FISCAL ELETRÔNICA da CONTRATADA, e deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para comprovação de sua regularidade fiscal e deverá conter:

7.1.1. número da licitação;

7.1.2. número do contrato;

7.1.3. banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

7.2. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.3. O pagamento da nota fiscal será efetuado, na primeira sexta-feira após o 20º (vigésimo) dia da liberação da nota fiscal, pelo gestor do contrato, por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

7.4. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

7.4.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

7.5. O respectivo pagamento somente será efetuado após o efetivo cumprimento das obrigações assumidas decorrentes da contratação e após o fiel cumprimento ao artigo 92, inciso XVI da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.6. O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

7.7. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

7.8. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento do CONTRATADO relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.9. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

7.10. Todos os documentos exigidos durante a execução do contrato poderão ser apresentados em cópias simples, podendo o SEMAE, a qualquer tempo requerer o original para cotejo, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções legais se verificada a ocorrência de fraude ou falsidade nos documentos apresentados.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

8.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, sendo o cálculo do reajuste efetuado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre a data do orçamento estimado e a correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º (décimo terceiro) mês.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.7. A formalização de termo aditivo, com a manutenção das demais cláusulas em vigor, sem ressalvas em relação ao reajustamento de preços, bem como o término da vigência do contrato, sem que o contratado tenha pleiteado o reajuste, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis no período.

8.8. O reajuste será calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo SemaE.

9. CLÁUSULA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevalecentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

9.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeiro do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE,

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08 às 16 horas.

9.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

9.4. Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

9.5. A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.6. O SEMAE terá o prazo de sessenta (60) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

9.7. Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

10.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.7. Cientificar o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.8.1. A Autarquia terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. A Autarquia não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como

CONTRATO N.º 100023/2024**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023**

por todo e qualquer dano causado à Autarquia ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº. 14.133, de 2021;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade da empresa, o SEMAE através do setor responsável solicitará que o contratado entregue os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.

11.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

11.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.14. Pleitear os reajustes cabíveis, respeitadas as regras previstas na cláusula oitava deste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de pequeno vulto e com risco baixo de prejuízo em caso de inexecução contratual, de sorte que a exigência de garantia poderia acarretar considerável restrição à competitividade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multas compensatória e moratória;

13.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Piracicaba; e

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

13.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Autarquia a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 13.1.

13.3. As sanções previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2. e 13.1.3. poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

13.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

13.4.1. Descumprimento de pequena relevância;

13.4.2. Inexecução parcial de obrigação contratual.

13.4.3. Para os fins deste item, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Autarquia.

13.4.4. A reincidência no descumprimento contratual, quanto ao mesmo fato que justificou a advertência, ensejará a aplicação de penalidade mais grave.

13.4.5. A sanção de multa moratória será aplicada em 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

13.4.5.1. ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

13.4.5.2. ante ao descumprimento de obrigação trabalhista ou previdenciária, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

13.5. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, observando-se os seguintes parâmetros:

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

13.5.1. 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.5.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

13.5.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou durante a execução do contrato;
- b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º, da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) entrega do objeto fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

13.5.4. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pela Autarquia, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
- b) descontado do valor da garantia prestada, se houver;
- c) pago por meio de guia de recolhimento; ou
- d) cobrado judicialmente.

13.5.5. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Piracicaba, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

13.5.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Autarquia, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até dois anos;

13.5.5.2. dar causa à inexecução total do contrato: até três anos;

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

13.5.5.3. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação: até 6 (seis) meses;

13.5.5.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: até 6 (seis) meses;

13.5.5.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até um ano;

13.5.5.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: até um ano.

13.5.6. Constituem comportamentos que serão enquadrados no item 13.5.5.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste termo de referência;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências deste termo de referência;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida neste termo de referência;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo SEMAE, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida neste termo de referência.

13.5.7. Considera-se a conduta do item 13.5.5.6 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

13.6. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

13.6.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou durante a execução do contrato: até quatro anos;

13.6.2. fraudar o procedimento de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: até seis anos;

13.6.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: até cinco anos;

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

13.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: até seis anos;

13.6.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: até seis anos.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa nº. 18, de 2023.

13.8. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

13.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.12. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Autarquia.

13.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.16. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

13.17. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

13.18. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

13.19. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

13.19.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

13.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.21. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.22. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.23. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.24. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Autarquia optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), e nos arts. 28 e 29, da Instrução Normativa nº. 18, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.6. Este contrato poderá ser extinto:

a) por ato unilateral e escrito desta Autarquia, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse desta Autarquia e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

c) determinada por decisão judicial.

14.7. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

14.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio desta Autarquia;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Autarquia.

15.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Autarquia para o exercício de 2024, sendo PT resumido 32319 – Programa de Trabalho nº 17.122.0005.2399 – Natureza da Despesa 3.3.90.30.

15.3. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho nº 640/2024.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

CONTRATO N.º 100023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2024 - PROCESSO N.º 530110/2023

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021](#).

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº. 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piracicaba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Piracicaba, 27 de março de 2024.

Artur Costa Santos
Presidente do SEMAE

Matheus Rabelo Coura
Contratada